

Espírito ou imagem? As escritas da história e os sistemas de colecionamento e exibição no Museu Histórico Nacional

*Raquel Luise Pret**

Resumo: Esta comunicação visa descrever as mudanças ocorridas na “escrita da história”, entendida aqui como atividade interpretativa que impõe um ordenamento e uma seleção de eventos ocorridos não somente os sintetizando, mas atribuindo valores e significações a partir de sua função explicativa. Assim, os museus pelos seus sistemas de colecionamento e exibição criam suas escritas da história. A metodologia de análise tanto dos fatos quanto dos dados relativos ao processo de revitalização do Museu Histórico Nacional teve por base dois indicadores: as políticas de aquisição e os circuitos de longa duração.

Abstract: This article is about the revitalization process in the Museu Histórico Nacional and the news forms of the writing history and collecting-display systems in this place since eighties.

Palavras-chave: museus; exibição de coleções; revitalização

Keywords: museums; collection exhibitions; revitalization;

INTRODUÇÃO

No início da década de oitenta, três museus de caráter nacional - Museu Histórico Nacional, Museu da República e Museu Nacional de Belas Artes, foram encampados pelo Programa Nacional de Museus (PNM), criado em 1982, para dar suporte a instituições que necessitavam passar por reformas. Esses museus foram considerados defasados, abandonados, e refletiam as políticas culturais anteriores ao capitalismo desenvolvimentista. A proposta investia na criação de instituições afinadas com o novo projeto político e não em símbolos de projetos políticos anteriores como, por exemplo, os da *Era Vargas*. A palavra de ordem era, assim, a revitalização dos museus, ou seja, dar uma nova vida aos museus repletos de objetos “velhos” e com público escasso.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS-Unirio); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Esta comunicação visa abordar as mudanças ocorridas na escrita da história, entendida aqui como a atividade interpretativa que impõe um ordenamento e uma seleção de eventos ocorridos não somente os sintetizando, mas atribuindo valores e significações a partir de sua função explicativa. Assim, os museus pelos seus sistemas de colecionamento e exibição criam suas escritas da história. A metodologia de análise tanto dos fatos quanto dos dados relativos ao processo de revitalização do Museu Histórico Nacional teve por base dois indicadores: as políticas de aquisição e os circuitos de longa duração.

Apresentam-se algumas considerações sobre a formação das coleções no Museu Histórico Nacional, a importância do movimento denominado *Nova Museologia* para a mudança nas concepções expográficas dos museus e o conceito de *revitalização*, como exemplos as mudanças das concepções de história que os museus nacionais operaram em seus circuitos de exposição.

COLEÇÕES NO MHN

O Museu Histórico Nacional tem a sua história intrinsecamente ligada a de seu diretor-fundador, Gustavo Barroso. Criado em 1922, ocupou o prédio construído por conta da Grande Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência, destinado a representar o *Pavilhão das Indústrias*. A maioria dos museus brasileiros ocupa lugares conhecidos como casas históricas. O Museu Histórico Nacional não é diferente. Seu complexo arquitetônico havia sido ocupado pelo Arsenal de Guerra da Marinha, portanto, já possuía um grande acervo ligado ao Estado, mais precisamente à história das Forças Armadas. (MAGALHÃES, 2006, p. 18)

Barroso, idealizador do Museu desde 1911, sentia a necessidade de ancorar o “seu tempo” – marcado pela consolidação de instituições oligárquicas associadas com as políticas higienistas do início do século XX e com um modelo de modernização europeu voltado para o positivismo progressista. (CARVALHO, 1987, p. 49) Ele precisava fixar o passado para que fosse possível um projeto de futuro pautado nas referências de antes. No entanto, esse passado concebido por Barroso era o de um Brasil de heranças e tradições lusófonas, como a continuidade do Império português nos trópicos. O período monárquico no Brasil seria a primeira marca do desenvolvimento, de civilidade do país. O Brasil passaria a ser um Estado-nação por conta da presença real portuguesa. Nesse sentido, os objetos que deveriam compor o acervo do Museu Histórico Nacional, durante sua gestão, seriam aqueles relacionados ao Estado brasileiro

como herdeiro de uma tradição política portuguesa, e objetos relacionados à defesa do território pela incorporação do acervo do Arsenal já existente naquele edifício.

O MHN consolidou-se como uma instituição que apresentava uma escrita da história em consonância com regime historicista do século XIX, cujo principal expoente foi Francisco Adolfo Vanhagen, que dava prioridade à lusofilia, aos grandes feitos e aos heróis do Estado Nacional, ou seja, a memória da aristocracia como memória brasileira. Isso pode ser observado, sobretudo no sistema de colecionamento e exibição empreendido. (GUIMARÃES, 1988, p. 8)

O decreto de número 15.596, que institui o MHN[†], menciona várias instituições como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas, entre outras, que deveriam entregar algumas de suas coleções para o recém-criado lugar de memória nacional. O documento faz alusão a moedas, medalhas, selos e genericamente a quadros e objetos “históricos” não qualificando este adjetivo. No entanto, pelo acervo que deu entrada no museu, nota-se que o “histórico”

Essa escrita da história encontrou apoio na aristocracia carioca que passou a doar objetos de suas coleções particulares, consideradas de valor histórico por obedecerem a dois critérios: por serem antigas e/ou por estarem relacionadas à construção do Brasil como Estado-nação de influência portuguesa. Dessa forma, entraram no acervo do MHN medalhas militares, brasões, bandeiras portuguesas, troféus, oratórios, carruagens, porcelanas, cristais, objetos relacionados ao “empreendedorismo” do Brasil na economia como instrumentos relacionados à cultura da cana-de-açúcar, do café e ao ciclo do ouro. Os objetos de grande valor dessas famílias, apesar de passarem a pertencer ao Museu Histórico Nacional, não foram oficialmente doados, mas apenas trocados por sua exibição nas galerias do Museu, trazendo consigo a história e a memória de seus doadores, os patronos da instituição. (WILLIAMS, 1997)

Dentre os patronos da instituição, o presidente Getúlio Vargas foi o principal. Vargas não foi somente doador – mais de 700 itens foram entregues –, mas também financiou a aquisição de inúmeras peças em diversos leilões e antiquários, além de ter ordenado a transferência de coleções inteiras de outras instituições como as do Museu Naval que acabara sendo extinto por ele, em 1932.

Ao estabelecer os objetos alusivos à memória do Estado Nacional como critério para a seleção de acervo, bem como o valor de antiguidade, o MHN deixou clara a

Decreto-lei de 2 de agosto de 1922 expedido pelo então presidente, Epitácio Pessoa, que baixa o regulamento do Museu Histórico Nacional

concepção de história que desejava para o Museu. Esses objetos seriam relíquias a serem preservadas e que permitiriam o acesso a um passado perdido, conforme nos indica Pomian (1983, p. 55), somente possível pela mediação desses. Os objetos, expostos como relíquias, eram exibidos geralmente em série, como se houvesse um progresso natural das produções do homem que levaria a perda do passado. Esse passaria ser acessível somente por meio da memória afetiva, da sensibilidade estética, da fruição suscitada pelos objetos. Os objetos ganham o estatuto de entidades que evocam o passado e o viabilizam materialmente. Um tempo em suspenso, não ocorrido em qualquer temporalidade, mas possível de ser experienciado pela presença do objeto. (MAUSS, 2003, p. 236)

O MHN passou a expor suas coleções de forma aparentemente aleatória, lembrando um *gabinete de curiosidades* do século XVIII, nomeado por Bittencourt (2000) como “bazar de maravilhas”. Essa forma antiquarianista de expor mostra que não houve uma ruptura com a biografia dos objetos na formação dos sistema de colecionamento e exposição do Museu Histórico Nacional. Havia a imposição de uma ordem de classificação, hierarquias – dos mais “representativos” aos menos “representativos” da memória nacional; dos de maior valor histórico aos de menor – e um disciplinamento desses objetos exibidos para “despertar” lembranças da memória nacional. Ainda assim, esses não eram desligados de sua biografia, não havia um apagamento de suas trajetórias desde sua produção até a sua incorporação feita pelo Museu. Isso pode ser notado tanto nas categorias em que foram classificados no acervo e que remetem a seu uso anterior – adorno, mobiliário, ferramentas de trabalho, transporte, entre outras –, quanto nas salas de exibição que levavam o nome de seus grandes doadores – como a Miguel Calmon, a Otávio Guinle, a Guilherme Guinle, a Coelho Neto.

A política de aquisição do Museu Histórico Nacional voltada ao investimento de seus patronos mostrou grande êxito. Quando foi criado, o MHN possuía 2.426 objetos, em 1956 registrava 9.713 (BITTENCOURT; FERNANDES, 1995, p. 70) No entanto, entre 1956 e 1975, apenas 655 objetos deram entrada no acervo, sendo que desses, 380 pertenciam a coleções destinadas ao Museu da República – que funcionara como seção do MHN até 1983.

Pode-se perceber tanto nas políticas de aquisição, quanto nas formas de exibição de suas coleções que há uma crença no potencial aurático de seus objetos (BENJAMIN, 1986, p. 72), valorizados pelos seus aspectos de singularidade e permanência

(GONÇALVES, 2007, p. 127) como atributos importantes na construção da memória nacional.

O MOVIMENTO “NOVA MUSEOLOGIA”

No campo da Museologia, começava a se formar um movimento de análise de suas práticas, feito pelos profissionais da área e articulado com diversos campos disciplinares como a Sociologia, a Antropologia, a História, entre outros. Em 1972, houve a mesa promovida pelo Comitê Internacional de Museus (ICOM), em Santiago do Chile que resultou em uma carta com uma série de diretrizes que os museus deveriam adotar. Esse documento foi um marco de mudança no conceito do que deveriam ser os museus e o seu papel perante a sociedade a qual pertenciam. A Carta foi o embrião do movimento da *Nova Museologia*, instituído oficialmente em 1984 com a *Declaração de Quebec*. (CÂNDIDO, 2002)

A *Nova Museologia* criticava, sobretudo, o distanciamento que os museus mantinham do que estava ao seu redor. Era um período em que ganhava destaque os debates dicotômicos – local e global; sociedade e comunidade; hegemonias e minorias; macro-história e micro-história; privilégios e desigualdades sociais. Esse movimento propunha uma grande ruptura com as formas de se atuar nos museus. Os museus deveriam deixar de estarem voltados às suas coleções, ao fetichismo de seus objetos, a nostalgia de um passado idealizado, para se voltarem a questões sociais do presente. No caso dos museus históricos, o passado, dentro dessa perspectiva, seria uma ferramenta de conscientização do presente. Essa concepção deixa transparecer, que para os adeptos da *Nova Museologia*, a maneira com que os museus lidavam com o passado não permitia reflexões sobre questões contemporâneas e levava a um direcionamento do olhar de seu público e a exclusão de uma grande maioria que não encontrava a sua história, a sua memória, representadas nesses espaços. O visitante ou o não-visitante, dentro dessa perspectiva, tal como na Museologia que valoriza os objetos, não é visto como um agente capaz de analisar criticamente a instituição museal, rejeitá-la, ou exigir-lhe mudanças. Nesse sentido, o olhar pode ser direcionado. Então o deslocamento da forma de se apresentar a história nacional nesses museus bastaria para promover a consciência social.

Ao final dos anos 1970, o discurso das autoridades no campo cultural era que a pressão da mobilização social pela reconquista de seus direitos políticos forçava o reconhecimento da necessidade de se operacionalizar uma política cultural não somente preocupada com o desenvolvimento do país, mas também uma política que assegurasse

às camadas populares meios para difundir seus interesses e sua cultura.

As políticas públicas relacionadas aos museus passaram compartilhar em seus discursos os pressupostos defendidos pela *Nova Museologia*. Os museus seriam instrumentos privilegiados para a elaboração de novas identidades coletivas. Sendo assim, a concepção de nacionalidade muda, não estava mais atrelada à formação e consolidação do Estado Nacional, mas sim voltada a valorização dos traços culturais múltiplos, contra qualquer tipo de homogeneização, formada pela diversidade, engajada em conseguir sua autonomia no concerto das demais nações, e combativa em relação as desigualdades de seus país. A produção da diferença nesse período tornou-se necessária, pois a legitimação da memória nacional não estava mais pautada na forma ritual em que os objetos eram expostos e que permitiam o experienciar de um passado idealizado, mas no consumo da cultura brasileira pela produção de alteridades. (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1998).

O CONCEITO DE REVITALIZAÇÃO

Foi diante desse panorama que se criou o Programa Nacional de Museus, em 1982. Segundo seu presidente, Rui Mourão, o Programa serviria para dar suporte às instituições museais, como se fosse uma coordenadoria nacional responsável em implementar as novas diretrizes seguidas pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na visão dos agentes culturais, presentes nas instituições do governo, e que estavam engajados em produzir uma forma diferente de se trabalhar a cultura brasileira, os museus se encontravam em estado de abandono, passavam por um longo período de crise institucional, defasados. O discurso não estava pautado apenas na restauração desses museus. Não se tratava apenas de recuperar aquilo que tinha sido deteriorado e manter sua estrutura tal como tivera ocorrido em reformas anteriores. Era necessário dar vida nova aos museus, mudando suas formas de colecionar e exibir suas coleções, assim como mudar suas identidades – de templos para fóruns. Nesse sentido, o termo apropriado e escolhido foi *revitalização*.

A partir de 1982, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu da República passaram a ter grandes investimentos do PNM e da Fundação Pró-Memória para promover uma grande transformação em suas instituições. Era necessário romper com o sistema de colecionamento e exibição no qual esses museus apresentavam o passado nacional e instaurar um novo.

O Museu Histórico Nacional, apesar de ter passado por uma grande

reformulação no final da década de sessenta, inclusive inaugurando seu circuito permanente em 1969, sob a direção do militar Leo Fonseca e Silva, ainda apresentava a memória do Estado Nacional como a memória da nação brasileira. Essa reforma marcou uma séria ruptura em seu circuito expositivo: as salas que levavam os nomes de seus patronos foram desmontadas e optou-se por uma exposição cronológica intitulada “*Da descoberta do Brasil ao ocaso da Monarquia*”. Entretanto, a escrita da história continuou sendo de valorização da coesão nacional e do Estado como guardião da ordem e condutor do progresso brasileiro.

Em 1984, houve a intervenção deste Programa no Museu Histórico Nacional. Solange Godoy foi designada como diretora-adjunta e formou-se uma equipe interdisciplinar para elaborar um novo circuito expositivo. Essa mudança significou a proximidade da instituição com a academia, pois a nova diretoria tinha grande comunicação com as universidades públicas cariocas e com os movimentos sociais que estavam pensando novas formas e usos dos museus, afinados com a *Nova Museologia*.

O MHN optou por uma escrita da história voltada para a história social, a análise das conjuras sócio-econômicas, uma escrita próxima à abordagem da historiografia que analisa os ciclos econômicos, encontrada em obras como as de Caio Prado Junior, Fernando Novaes e Celso Furtado. Mesmo procurando transformar o museu em um catalisador social, em um espaço que representasse a diversidade, pluralista, de transformação social, o MHN concebeu essa transformação como um processo vertical. Nesse processo, os museus guiariam a sua comunidade, o seu público – que seria mais amplo e diversificado, não a minoria detentora dos códigos culturais que antes já os freqüentavam – a um despertar da consciência histórica, por meio das narrativas sobre a nação exibidas e debatidas por esses.

ESPÍRITO OU IMAGEM?

Destarte, as novas administrações dos museus, assim como o Programa Nacional de Museus e as políticas culturais investiram no conceito de *revitalização* em detrimento do conceito de *restauração*. Para isto, as instituições deveriam alterar suas identidades, deixarem de ser templos de culto aos objetos com um passado idealizado e em suspenso, para tornarem-se espaços destinados à reflexão da realidade social contemporânea. Uma das palavras em voga era *representação*, esses museus deveriam oferecer representações de uma nacionalidade múltipla. O processo de revitalização propunha uma ruptura com o sistema de colecionamento e exibição, assim como com as suas escritas da história.

O sistema de colecionamento e cultura implementado nos museus nacionais a partir da década de oitenta modifica o estatuto dos objetos. Os objetos passam de entidades, agências que mediam as relações de troca entre os indivíduos que mantêm contato com eles – sejam visitantes, sejam técnicos – e o passado, para emblemas que simbolizam estruturas abstratas (LÉVI-STRAUSS, 1962) O mágico não era mais o objeto, mas as narrativas que eles passavam a compor.

Dessa forma, como mostrou Myriam Sepúlveda[‡], a escrita encontrada no módulo *Colonização e Dependência* do Museu Histórico Nacional, inaugurado em 1987, no período de revitalização, foi a de história como síntese. A concepção estruturalista de história adotada pelo museu abandonou o discurso construído durante anos acerca da memória nacional, como a memória da formação e consolidação do Estado Nacional por narrativas temáticas que procuram suscitar reflexões sobre a realidade social. A memória nacional passou a servir ao *presentismo* que necessita de ações imediatas (HARTOG, 1999, p. 71) e não a um culto nostálgico do passado.

Esse novo sistema de colecionamento e exibição instituído nos museus nacionais, a partir do processo de revitalização, camufla a dimensão do desejo pelo singular em que os museus históricos operam. Ao tratar os objetos como emblemas, essas instituições procuram ocultar seu potencial aurático que é o de oferecerem, além da informação que educa, a experiência única por meio de seus objetos igualmente únicos.

Procurou-se enfocar, ainda que de forma panorâmica, o percurso de mudanças conceituais dos sistemas de colecionamento e exibição dos museus, com ênfase no Museu Histórico Nacional, assim como as escritas da história que os museus nacionais consideraram, a partir do processo de revitalização da década de oitenta do século XX. As reflexões suscitadas aqui foram facilitadas pela familiaridade do campo feito no Museu Histórico Nacional. O que se procurou entender foi o deslocamento dos objetos da categoria de entidades para a de emblemas e como esse deslocamento se articulou com a ruptura de uma escrita da história que valorizava os “vultos” do passado para a construção de uma escrita estruturalista da história com ênfase na crítica social.

[‡] Dissertação de mestrado defendida no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), em 1984, publicada recentemente com o título *A Escrita do Passado em museus históricos*, pela editora Garamond.

Notas

Anderson, B. (1988). *Imagined Communities: reflexions on the origins and spread of nationalism*. New York: Verso.

Benjamin, Walter. (1986). A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica. *Obras Escolhidas*, Brasiliense.

Bittencourt, J. N. (vol. 8-9 de 2000). Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. *Anais do Museu Paulista*, pp. 151-174.

Cândido, M. M. (vol. 21 de 2002). O Brasil em Vagues. pp. 187-246.

Carvalho, José Murilo de. (1987). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras.

Choay, F. (2001). *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Edusp.

Fonseca, M. C. (1997). *O Patrimônio e Processo*.

Foucault, M. (1996). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

Gonçalves, J. R. (2007). *Antropologia dos Objetos*. Rio de Janeiro: Garamond.

Guimarães, M. L. (1988). Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, 5-27.

Hartog, Françoise. (1999). *O espelho de Heródoto*: ensaio sobre a representação do outro. Belo. Horizonte : UFMG.

Kirshenblatt-Gimblett, Barbara. (1998). "Destination Museum" In: *Destination culture: tourism, museums, and heritage*. (pp. 131-176). University of California Press, Berkeley.

Levi-Strauss, Claude. (1962). *La pensée sauvage*. Paris: Plon.

Magalhães, A. M. (2006). *Culto da Saudade na Casa do Brasil*. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.

Mauss, M. (2003). "Ensaio sobre a dádiva". In: M. Mauss, *Sociologia e Antropologia* (pp. 185-318). São Paulo: Cosac Naif.

Nora, P. (1993). *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. São Paulo: Unicamp.

Pomian, K. (1983). Coleção. In: R. (. Romano, *Enciclopédia Eunadi* (pp. p.51-86). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.

Ridenti, M. (2000). *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record.

Williams, D. (2001). *Culture Wars in Brazil: the fist Vargas Regime, 1930 a 1945*.
Durham & London: Duke University Press.

Williams, D. (vol. 29 de 1997). Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1945. *Anais do Museu Histórico Nacional* , pp. 141-186.